

A MARCHA DOS SEM-TERRA A BRASÍLIA NA FORMAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO NACIONAL ¹

Diana Anunciação Santos²

1. INTRODUÇÃO

O tratamento da questão agrária no Brasil sempre foi qualificador da democracia e da natureza de um projeto de desenvolvimento nacional desigual e autoritário no País. A hegemonia de um pensamento social sobre as classes trabalhadoras urbanas dificultou a compreensão do papel de outros atores sociais igualmente importantes na formação da sociedade brasileira, como os trabalhadores rurais. Alguns processos recentes, como o esgotamento do pacto corporativo do Estado nacional desenvolvimentista; a crise do sindicalismo; a formação de um espaço público ampliado no contexto da redemocratização do País (que resultaram da ação desses atores em luta) fizeram emergir novos atores na cena nacional. Estes atores inovaram as formas de fazer política e de construção de novas arenas de negociação, o que acarretou no surgimento da prática de uma nova pedagogia política na construção de projetos alternativos, como o MST – protagonista de um dos mais importantes movimentos de enfrentamento da questão social da América Latina (IVO, 2002).

Este projeto propõe-se a analisar o papel do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra – MST na formação de um novo espaço público e na sua capacidade de produzir políticas públicas transversais de caráter mais amplo, como condição de inserção para os trabalhadores rurais, no combate à pobreza e no enfrentamento da desigualdade fundiária (IVO, 2002). Entendemos por espaço público, segundo as idéias de Habermas e Hannah Arendt, o lugar da ação que mobiliza toda uma gama de artefatos e equipamentos do pensamento e da atividade, cujo objeto é a elaboração de um acordo fundado sobre um uso “livre e público da razão”. Portanto, o espaço público é o mediador entre o sistema político, os setores privados e da sociedade em si, isto é, dos sistemas de ação funcionalmente especificados. Assim, a ação necessita da esfera pública para se revelar, evitando a manipulação do discurso e a instrumentalização de si própria (JOSEPH, 1999).

Portanto, esta pesquisa centra sua análise na reconstituição dos atores sociais conforme um tipo de ação concreta e mobilização feito pelo MST – “A Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça”, realizada no ano de 1997, rumo a Brasília, entendida como uma nova pedagogia política do movimento; além da construção do processo de negociação, interpretado como a capacidade do movimento e das instâncias governamentais em produzirem políticas universais de enfrentamento das desigualdades de acesso à terra, como um novo modo de fazer política.

A ‘marcha’ é uma forma de ação que busca novas estratégias de luta e de conquista, ou seja, busca o apoio de toda a sociedade, assim como artistas e autoridades políticas, pois proporciona o contato direto entre o próprio movimento (MST) e toda a sociedade, reforçando a solidariedade entre os mesmos. Os valores sociais são fortalecidos, praticados, propagados e projetados como a única saída para a construção de uma sociedade diferente. Para os integrantes do MST, a marcha, que é o último recurso de ação, é a melhor maneira de se conhecer a realidade vivida por toda população brasileira, sendo, portanto, uma forma de denúncia dos males sociais. Efetivamente através da ‘marcha’ os sem-terra desenvolvem novas estratégias de luta e de conquista, ampliando

¹ Este pesquisa é vinculada ao Centro de Recursos Humanos – CRH da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FFCH / UFBA. Financiado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, sob a orientação da Professora Doutora Anete Brito Leal Ivo.

² Acadêmica do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia – UFBA, bolsista do PIBIC/CNPq.

uma pedagogia política que externaliza para o conjunto da sociedade a condição de necessidade, visões de mundo e uma nova forma de sentir e de fazer política.

2. METODOLOGIA

Este projeto trabalha a noção do espaço público através da constituição dos espaços de negociação do MST com as esferas institucionais do Estado. Para tanto, faz uso de estudos e metodologias usadas na trama da negociação, organizados em duas etapas: a primeira, que estrutura a formação dos atores sociais através do MST; e a segunda, que busca analisar a ampliação do espaço público na sua dinâmica de externalização da política, tomando como exemplo a marcha dos sem-terra.

Do ponto de vista de organização do material, a pesquisa trabalha três níveis: 1. A sistematização das informações institucionais e avanço das lutas; 2. levantamento e sistematização do material relativo à ‘marcha nacional’, promovida pelo Movimento Sem-Terra; e 3. a análise da estratégia de externalização do movimento nas marcha dos sem-terra, de natureza inovadora na formação de uma nova pedagogia política que articula externalização, protesto, civismo e debate político (IVO, 2002).

Um dos principais processos metodológicos refere-se à sistematização das falas dos trabalhadores rurais e de lideranças do MST relativas à “Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça”, realizada pelos sem-terra em 1997 para Brasília, procurando-se destacar a partir das notícias, publicações e artigos do próprio movimento e da imprensa de um modo geral, os conceitos, noções e valores sobre os integrantes do movimento enquanto sujeito político; ou seja, identificar o que dizem e pensam sobre eles próprios, sobre o Movimento Sem-Terra e sobre a ‘marcha’. Na realidade, busca-se também analisar e tentar compreender os sentidos dados pelos integrantes do movimento ao Brasil, à política, ao outro indivíduo, à sociedade, além dos valores considerados para o próprio MST, haja vista que o processo de sistematização da informação identifica quem são as pessoas que fazem parte do movimento, como atuam e quais os seus objetivos; as justificativas políticas da marcha como uma forma de luta para a conquista dos ideais do movimento (reforma agrária, igualdade e justiça); a pedagogia política utilizada pelo grupo para conseguir o apoio da sociedade brasileira, os mecanismos de luta etc.

Sendo assim, após identificação e caracterização de todos estes fatores, é possível compreender a forma de atuação do MST na formação de um novo espaço público e a sua pedagogia política de ação organizada durante a marcha: o que pensam e esperam do Brasil e de toda sociedade brasileira.

3. RESULTADOS / CONCLUSÃO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra nasceu em um processo de enfrentamento e resistência contra o sistema político de desenvolvimento agropecuário, que foi implantado durante o regime militar. As ocupações que ocorreram nos estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil foi o fator fundamental que marcou o início do maior movimento social do País. Assim, através de uma articulação nacional entre os trabalhadores rurais sem-terra foi permitida a construção de uma forma de organização social e de uma infra-estrutura para a luta pela reforma agrária, que fortaleceria o processo de conquista. O desenvolvimento e o amadurecimento do MST, dado ao longo do tempo, fez com que o movimento percebesse que lutar apenas por reforma agrária, conquistando somente a terra, é uma luta em vão. Faz-se necessário, na verdade, lutar para transformar igualmente outros pilares que servem de base para a construção de uma nova sociedade, ou seja, de fazer da reforma agrária uma luta de todos e não somente deles.

A luta é o princípio e valor fundamental considerado pelos integrantes do Movimento Sem-Terra como uma maneira de reivindicação contra o governo e de mostrar para a sociedade os seus

ideais; seja ela realizada tanto como uma ocupação, ou como uma marcha, ou qualquer outra forma de ação. O MST se deu conta de que para se manter vivo na luta por reforma agrária, igualdade e justiça, era preciso inovar, mudando as táticas de ação, onde cada um entendesse a sua função e a sua tarefa e partilhasse isso com a sociedade, envolvendo mais pessoas no apoio e na ajuda direta, para que o movimento pudesse crescer e ter mais força de resistência. Agora as lutas e mobilizações entrelaçam-se com a sociedade, pois somente com a pressão de massa é que há possibilidade de se negociar com o Estado e garantir avanços nas conquistas; isto acarretou na formação de um novo espaço público e na formulação de novas políticas de cidadania por parte do MST.

Portanto, a formação desse novo espaço público pelo Movimento Sem-Terra pode ser compreendida por meio de uma abordagem comunicacional, dada pelas marchas (na qual os atores falam e interagem) e da institucionalização e mediação entre os atores, segundo a criação de canais de negociação e de arenas públicas de debate relativo ao uso dos recursos públicos (como as paradas durante a marcha e a ocupação de Brasília).

A marcha é um mecanismo da prática social na mídia. O seu deslocamento, isto é, sua mobilidade espacial, estabelece o contato direto do movimento com a população, reforçando-o como um ator político; expande os ideais políticos (idéias relativas ao País, à democracia e ao Estado); além de tentar transmitir os seus valores alternativos, através de uma pedagogia política diferenciada. A “Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça” realizada pelo MST no período de 17 de fevereiro a 17 de abril de 1997, saindo de todos os pontos do País em direção à Praça dos Três Poderes em Brasília, foi a forma que os trabalhadores rurais sem-terra encontraram para buscar novas estratégias de luta e de conquista e também o apoio de toda a sociedade, artistas e autoridades políticas, com o intuito de acabar com a imagem de violência ligada ao MST criada pela mídia e, principalmente, de colocar o discurso do Presidente Fernando Henrique Cardoso em prática; pois, do ponto de vista da negociação e dos avanços da reforma agrária, o MST encontrava-se acuado devido aos métodos violentos de contenção às ocupações que estavam sendo utilizados pelo governo.

A 'Marcha Nacional' teve um resultado diferenciado das outras, porque foi organizada de maneira distinta, desde que naquele momento uma 'marcha' desse grau era o último e único recurso de luta contra o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e a manifestação de esperança dos trabalhadores rurais sem-terra em conseguir melhores condições de vida. Quase dois mil sem-terra, distribuídos em 72 colunas saíram de todos os pontos do Brasil a 17 de fevereiro de 1997, reunindo-se em três colunas principais – intituladas Marcha-Sul, Marcha-Oeste e Marcha-Sudeste – caminharam mais de um mil quilômetros (num total de sessenta dias de caminhada a um passo de 20 km por dia), passando por mais de cento e cinquenta povoados e cidades. As três colunas principais chegaram à Brasília às 10h do dia 17 de abril de 1997 (dia que completava um ano após o massacre ocorrido no Eldorado dos Carajás) e reuniram-se a mais de cinquenta mil pessoas que se encontravam aglomeradas na Praça dos Três Poderes, à espera do MST, para que juntos pudessem lutar a favor da reforma agrária, igualdade e justiça.

Durante a caminhada, o MST organizou discussões por todas as cidades e povoados pelas quais passaram as suas colunas. Foram às igrejas, prefeituras, colégios, campos de futebol, praças, etc. e com palestras, debates, conversas e seminários mostraram à população brasileira que o Movimento Sem-Terra não representava perigo para a sociedade, como de fato a mídia mostrava em suas matérias jornalísticas, e sim o próprio presidente – que não estava fazendo nem a reforma agrária e ainda estava aumentando os problemas sociais do País. Disseram ao povo que a constituição brasileira determina que os trabalhadores rurais sem-terra possuem o direito à terra, mas que, na prática, isso não acontece, e, em nome da necessidade e do desespero, são obrigados a agirem ocupando as terras improdutivas. Falaram como funcionam os acampamentos existentes no País, da miséria que passam no campo, da falta de esperança por uma vida digna, e do êxodo rural; explicaram que existe desemprego devido à política econômica instalada no País, que o poder judiciário só funciona para os ricos e dos massacres ocorridos em Rondônia e em Eldorado dos Carajás, que mataram vários sem-terra. A interação entre os atores (caminhantes) e a platéia (sociedade), com a conseqüente troca de informações, foi a forma pedagógica organizada pelo

movimento durante a marcha que originou um novo espaço público através de uma abordagem comunicacional.

O mais importante é que é na 'Marcha' que o ato de solidariedade entre os integrantes do movimento e a população se expande e, na prática, os sem-terra descobrem o seu verdadeiro significado. Os valores sociais são fortalecidos, praticados, propagados e projetados como a única saída para a construção de uma sociedade diferente. A 'Marcha', apesar de ser uma ação muito dolorosa, devido ao esforço físico exigido aos seus participantes, é uma experiência que qualquer pessoa que vive de perto a emoção, o sofrimento, a luta, o esforço e a esperança de se tentar fazer a reforma agrária guardará por toda vida. E essas experiências serão passadas para as gerações futuras, para as crianças sem-terra, como uma forma política pedagógica de ação.

Vê-se, por conseguinte, que o Movimento Sem-Terra se formou ao redor de uma identidade e representa esta identidade de ser sem-terra. Além de lutar para modificar a natureza desta identidade, passando a ser com-terra, proprietário de terra, engloba à sua ação a luta pela igualdade e justiça. É através da 'marcha' que o MST busca novas estratégias de luta e de conquista e, principalmente, o apoio de toda a sociedade, mostrando através de uma pedagogia política própria do movimento as irregularidades existentes nos sistemas político, econômico e social. Portanto, o Movimento Sem-Terra tem fome de reforma agrária, emprego, justiça, cidadania e igualdade, ou seja, tem fome de esperança de que num futuro próximo possa se ter um Brasil melhor.

4. REFERÊNCIAS

BAIARDI, Amílcar *et alii*. Faces do Novo Rural. CADERNO CRH, Salvador: EDUFBA / CRH, 28, jan-jun. 1998. 288p.

BOGO, Ademar. **Lições da Luta pela Terra**. Salvador: Memória das Letras, 1999. 160p.

BOGO, Ademar. O MST no Momento Político Atual. Situação e Perspectivas. In: SEMINÁRIO no CRH/UFBA, em 20/10/98. CADERNO CRH. Salvador: EDUFBA, 28 jan.-jun. 1998, pp. 269-280.

FERNANDES, Bernardo M. Gênese e Desenvolvimento do MST. Caderno de Formação. São Paulo: MST / Ed. PERES, 30, setembro, 1998. 63p.

GOHN, Maria da Glória. **Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania**. São Paulo: CORTEZ, 1997. 172p.

IVO, Anete B. L. A Violência Muda: Notas sobre o Estado. A cidadania do trabalhador rural. CADERNO CRH. Salvador: CRH, 03, 1987. 20p.

_____. **Metamorfoses da Questão Democrática: Governabilidade e Pobreza**. Buenos Aires: CLACSO / ASDI. 205pp.

_____. Projeto de Pesquisa para o Programa PIBIC. 2002 / 2003.

_____. Questão Agrária e Crise no Aparelho do Estado. CADERNO CRH. Salvador: UFBA / FATOR, 13, jul.- dez 1990. pp. 63 a 80.

JOSEPH, Isaac. Paisagens Urbanas, Coisas Públicas. CADERNO CRH. Salvador, EDUFBA, 30-31, jan. - dez. 1999. pp.11 – 40